



Anais da Assembléia

N.º 61

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 17 DE JUNHO DE 1982

ANO VIII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 53.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1982

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Palácios e Gilberto Agibert Filho.

Às 9:00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados João Mansur, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Cyro Martins, Dácio Leonel, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel Gabriel Sampaio, Gilberto Agibert Filho, José Domingos, Lineu Turra, Nelton Friedrich, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Romero Filho, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi e Werner Wanderer (24); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Gilberto Carvalho, Nilso Syuarezi, Adalberto Daros, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Darcy Deitos, David Cheriegate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Gernote Kirinus, João Elísio, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Pinto Dias, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Valduga e Wilson Fortes (34).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. MARCOS LUIZ DE BONA, ocorrido ontem, nesta Capital.

O extinto, membro de tradicional e conceituada família de Morretes, por longos anos ocupou alto cargo na Delegacia da Receita Federal nesta Capital, tendo, recentemente, se aposentado.

O seu desaparecimento causou geral consternação, tanto em Curitiba como em Morretes, sua cidade natal, onde era muito benquisto, graças ao seu caráter de homem íntegro, trabalhador, honesto e chefe de família exemplar, virtudes que o tornaram credor da simpatia, do respeito e admiração de todos os seus conterrâneos, que em várias vezes tiveram oportunidade de demonstrar o seu reconhecimento prestando-lhe diversas homenagens, sendo, inclusive, recentemente, agraciado pela Câmara Municipal daquela cidade, com o título de "Cidadão Benemérito".

Deixa viúva a Sra. Olga de Bona e filhas Eliane e Lúgia.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada para o seguinte endereço: Rua Alferes Poli, 807 - Curitiba - Pr.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1982.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTÔNIO NAMUR, ocorrido em data de ontem, na cidade de Castro.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1982.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. LUIZ DALLARMI, ocorrido no último dia 15 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1982.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JAMIL ELIAS FADEL, ocorrido na cidade de Castro.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1982.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja designada uma Comissão Especial de Deputados para a entrega do título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. LIBERO MASSARI, na cidade de Campinas, no próximo dia 08 de julho, em vez da realização de Sessão Solene já aprovada para o dia 29 de junho.

A razão deste requerimento se prende ao fato do ilustre homenageado, organizador do FUNRURAL, estar impedido de deslocar-se, em vista de enfermidade.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1982.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Lei n.º 50/82, constante da Ordem do Dia de hoje, bem como o de número 172/81.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1982.

(a) TRAJANO BASTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimen-

tal, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário do Interior e ao DD. Presidente da SANEPAR, reiterando apelo no sentido de que sejam tomadas providências imediatas quanto possíveis no sentido de se fazer a extensão da rede de água na Colônia Francesa, em ambos os lados da via pública logo que cruza a BR-277, sentido São João do Triunfo até o Asilo de Velhos "Acelino Teixeira de Oliveira", tendo em vista as dificuldades enormes porquê vem passando os moradores daquela populosa Colônia que são obrigadas a transportar a água de uma distância de mais de dois quilômetros para atender às suas necessidades, se constituindo tal fato num verdadeiro drama.

Cumpra ressaltar que a caixa d'água da SANEPAR fica a uma distância de aproximadamente trezentos metros do início das propriedades cujos proprietários reivindicam esse serviço público, o que vem facilitar, sobretudo, a execução dos serviços.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1982.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, IRAN MARTIN SANCHES, solicitando a antecipação do horário de encerramento das aulas, no período da tarde, para as 17:00 horas.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1982.

(a) JOSÉ DOMINGOS TEIXEIRA

JUSTIFICATIVA:

Com a chegada do inverno, a noite começa muito antes do término das aulas nos estabelecimentos oficiais de ensino, principalmente do primeiro e no segundo graus. Os alunos, as professoras, as serventes se vêem às voltas com um sério problema: a falta de segurança no trajeto para suas casas. Mais do que os próprios alunos, seus pais vivem momentos de apreensão, porque esta é a situação inevitável, face às ocorrências policiais registradas ultimamente, algumas delas envolvendo estudantes. As aulas, atualmente, terminam quando o dia já terminou. Acreditamos ser necessário e urgente que o Sr. Secretário da Educação determine urgentemente um novo horário de encerramento das aulas nos estabelecimentos oficiais de ensino, principalmente do primeiro e do segundo grau, possibilitando a que, tanto alunos como professores e serventes possam se dirigir às suas casas com tranquilidade e segurança. No nosso entendimento, e tendo em vista os muitos apelos que nos foram feitos, o encerramento dessas aulas às 17:00 horas deveria se estender durante os meses de junho a agosto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Secretaria de Estado dos Transportes o seguinte PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

1 — Qual a quantidade de combustível fornecida pela Secretaria dos Transportes ao Município de Jaguapitã, nos anos de 79 e 80, através do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTO DE ESTRADAS MUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS — "PROSAFRAS"?

2 — Se houve por parte da Prefeitura Municipal de Jaguapitã prestação de contas sobre a utilização de tal combustível?

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1982.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido de informações que ora estamos en-

derencando a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado dos Transportes, tem por finalidade esclarecer esta Casa e a opinião pública sobre a utilização do combustível fornecido por aquele PROGRAMA ao Município de Jaguapitã e se a sua aplicação foi efetivamente destinada à manutenção das estradas municipais de escoamento das safras produzidas pelo Município de Jaguapitã.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 55/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou, nos termos do artigo 22, item II, da Constituição Estadual, e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1.º — O subsídio e a verba de representação do Governador do Estado, a vigorarem a partir de 15 de março de 1983, ficam fixados em 2/3 (dois terços) do subsídio e da verba de representação pagos ao Presidente da República.

Art. 2.º — O subsídio e a verba de representação do Vice-Governador do Estado, a vigorarem a partir de 15 de março de 1983, ficam fixados em 2/3 (dois terços) do subsídio e da verba de representação pagos ao Governador do Estado.

Art. 3.º — Os reajustes dos subsídios e vantagens referidos nos artigos anteriores dar-se-ão automaticamente, nas mesmas épocas e observados os mesmos percentuais das variações do subsídio e da verba de representação do Presidente da República.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 15 de junho de 1982.

a) JOÃO MANSUR

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra, para o Grande Expediente, ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos nos trazem à tribuna: primeiramente, nos somar à denúncia da União Paranaense dos Estudantes Secundários e de diversos professores, e APP(s) do interior, sobre a prática que vem se tornando costume, de, se implantar, pela via indireta, o ensino pago, em nosso País, especialmente já atingindo primeiro e segundo graus conforme as denúncias da cobrança da Contribuição Comunitária.

Sr. Presidente, a Secretaria da Educação do Estado do Paraná, através de uma Resolução baixada no início do mês de dezembro do ano passado, reajustou os valores da Contribuição Comunitária devida pelos alunos maiores de 14 anos matriculados em estabelecimentos estaduais de Ensino Regular e Supletivo de primeiro e segundo graus.

À decisão da Secretaria da Educação ficou definido que, os alunos matriculados em estabelecimentos estaduais de Ensino Regular e Supletivo, acima da faixa etária de 14 anos, primeiro e segundo graus, estão isentos de pagamento, mas, as suas famílias, obviamente deverão ter um ganho mensal acima de Cr\$ 14.450,00, não tendo um ganho mensal acima desse valor. Mas o que mais nos chama a atenção, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é de que, essa Contribuição Comunitária — diz o titular da Secretaria da Educação — foi criada, com o objetivo de proporcionar melhorias no atendimento escolar, promovendo atendimento de emergência em estabelecimentos escolares, compra de equipamentos mais urgentes, etc., e, ainda, a ampliação dos programas assistenciais aos educandos. Para a redistribuição dos recursos arrecadados, a FUNDEPAR adota um critério, o número de alunos pagantes, e isentos por carência, em cada um dos estabelecimentos arrecadadores, obedecendo — segundo diz a nota da própria FUNDEPAR — a finalidade precípua de minimização

das distorções regionais. A nova tabela, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que já foi distribuída e obviamente se encontra nas Inspetorias de Ensino e estabelecimentos abrangidos, ficando à disposição de pais e responsáveis para a efetivação do cálculo das contribuições do próximo semestre, deixaram, muitos, preocupados, até pelo acréscimo quanto aos valores cobrados no primeiro semestre; assim é que existem 10 categorias cujas faixas de rendas familiares mensais incidem, portanto, valores de contribuição chamada Contribuição Comunitária.

Queremos, neste instante, registrar não só esse episódio e as manifestações que temos recebido de professores, estudantes, e pais, sobre esse acréscimo além do previsto, mas, o que mais nos chamou a atenção é de que, recentemente, isto é importante constatar, somente o Estado do Paraná dentre todos os Estados da União cobra essa Contribuição Comunitária, segundo informações que temos, o que, obviamente traz, no seu âmago, a pretensão de, aos poucos, se implantar o ensino pago, aos estudantes de primeiro e segundo graus.

Nesse sentido é que nós encaminharemos à Mesa, à Assembleia Legislativa, um Pedido de Informações à Secretaria da Educação, com o objetivo de saber, com toda clareza, os objetivos dessa Contribuição Comunitária, os valores que já foram arrecadados desde a sua instituição, a aplicação de tais valores, e, por que o Estado do Paraná — segundo informações — é o único que mais ainda sobrecarrega o estudantado, os pais, os responsáveis, com mais essa Contribuição Comunitária?

Para concluir este aspecto, Sr. Presidente, vale a pena aqui registrar que, segundo o Departamento de Economia da FUNDEPAR, a reestruturação da tabela que se encontrava desatualizada, surgiu, em virtude da necessidade de alargamento da faixa de contribuição que, nos moldes antigos já caracterizava, em determinados casos, a incidências de desajustamentos da tabela, com a realidade. Criada com o objetivo de proporcionar a melhoria do atendimento escolar e a ampliação dos programas assistenciais aos educandos, a Contribuição Comunitária precisa ser bem estudada e analisada, porque nós a todo instante ouvimos referências de que, o Governo do Paraná tem dado privilégios ao setor educacional do povo paranaense, mas, nós não podemos desassociar que, esses tipos de Contribuições Comunitárias que acabam penalizando o estudantado especialmente em primeiro e segundo graus, merecem uma análise mais pormenorizada porque mostram a defasagem entre aquilo que se diz, e aquilo que se pratica; mais ainda, quando sabemos que esse aumento substancial ocorrido para o segundo semestre, representa acima de tudo uma incidência que vai castigar os pais e responsáveis dos estudantes destas faixas de idade.

Estas providências precisam ser esclarecidas, e por isso nosso pedido de informação. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós vivemos também à tribuna, para o registro porque entendemos necessário que os Anais desta Casa, mais uma vez, venham registrar que, no Congresso Nacional, o partido do Governo, evita a derrota do "pacote" do INPS.

O PDS conseguiu impedir a derrubada do "pacote" da Previdência Social, que amplia de oito para dez por cento a contribuição dos empregados e empregadores, e obriga os aposentados também a contribuírem com aquela finalidade.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o "pacote" será aprovado por decurso de prazo. E nós queremos exatamente registrar aqui, que no nosso entendimento, o PDS de hoje não passa de ser ARENA de ontem, só que com nova roupagem, porque a subserviência permanece intacta, e no momento em que os trabalhadores brasileiros esperavam da classe política, como um todo, e do PDS em particular, o respeito às suas conquistas sociais, o partido de sustentação do Governo, não comparece ao plenário do Congresso, estando no Congresso. A omissão prova que, mais uma vez, o Governo fica devendo a verdade, porque acaba obrigando os seus congressuários, os seus políticos de sustentação, a se omitir no momento extremamente

importante, como esta sessão destinada à discussão e votação, que em mais de três horas e meia, teve mais de seis suspensões porque, as galerias com mais de dois mil dirigentes de Sindicatos e de Associações de Aposentados, manifestavam, às vezes, até ruidosamente, o seu protesto, a maneira como o PDS se comportava no Congresso Nacional, deixando de votar o "pacote" previdenciário, adiando indefinidamente a votação, e garantindo, assim, a aprovação do Decreto por decurso de prazo.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, a maioria dos parlamentares governistas ausentes do plenário, tiveram a instrução a evitar que, aquela Casa de Leis alcançasse o "quorum" necessário, de 211 Deputados para votar a matéria. Dos 225 representantes pedessistas na Câmara, apenas quatro compareceram.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dos 225 representantes pedessistas na Câmara dos Deputados, apenas quatro compareceram.

O esvaziamento do Congresso por iniciativa do partido governista permitiu às Oposições ocupar com pronunciamentos, o espaço, mas, impediu-se a votação tão necessária. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, talvez é preciso rememorar um pouco aqui e, dizer que, naquele dia, nesta semana, quando os aposentados e pensionistas que foram a Brasília, tentar pressionar os parlamentares a votar contra o Decreto, tiveram o intuito óbvio de evitar mais esta penalização em cima do trabalhador brasileiro, e sabemos que o ambiente entre os aposentados era de absoluta revolta e foi comum ouvir entre eles que o "pacote" previdenciário era um absurdo, pois, o Governo quer cobrar agora dos que já trabalharam e contribuíram durante 35 anos. Inconformados, eles se queixavam que não poderiam ser penalizados pelo rombo da Previdência Social.

E vale a pena registrar, Sr. Presidente, estavam presentes para assistir a votação 388 entidades sindicais e de aposentados em todo o Brasil. E uma Comissão Inter-Sindical, manifestou-se de maneira revoltada, diziam os representantes da Comissão Inter-Sindical, queriam ficar de olho nos parlamentares para observar quem votaria contra ou a favor do "pacote", e ver que, iria comparecer à votação. E ficou o alerta: quem votar a favor ou não der "quorum", terá seu nome publicado, nós vamos mostrar ao povo brasileiro quem são os amigos e inimigos do povo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é preciso que, neste instante, nós possamos dizer, com a firmeza que há necessidade de se dizer, que os políticos se diferenciam de um e de outro pela sua prática. Muitas vezes, nem é pelo partido que pertence mas é sua prática política que dá relevo a sua vida política. E nós vemos que os arenistas de ontem, que se calavam diante das injustiças sociais, que cruzavam os braços, quando a tortura campeava nos bastidores e nos porões da violência do Brasil.

Quando a distribuição de rendas não existia e permitia que a concentração se passasse em moldes jamais vistos, em um país, da atual era da industrialização.

Quando todos esses problemas se agigantavam, quando o trabalhador via que conquistas, que a inteligência humana produziu ao longo de anos, como por exemplo, a estabilidade no emprego, inscrita na CLT em 1943, e que foi também roubado por este Governo, arenista ontem, pedessista hoje, acabou em 1965 retirando o Instituto da Estabilidade, uma conquista universal da classe trabalhadora. Quando isso acontecia no passado recente, quando os democratas sonolentos permaneciam na sua dolência e na sua profunda insensibilidade, nós passamos a reagir e a Oposição aqui, acolá chamava a Nação à razão, para que nós retomássemos a conquista social. E que os valores da dignidade e da liberdade e de democracia voltassem a ser inseridos da Nação brasileira.

Mas tudo isso, teve um custo elevadíssimo.

Mas pensávamos nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a

insensibilidade da classe política e digo em especial, a de sustentação do Governo, tivesse uma alteração no processo de redemocratização, nada mudou. E este filme que nós já vimos antes, estamos vendo agora. E como antes nada mudou no Quartel de Abrantes, o PDS trocou de roupa, mas a sua insensibilidade permanece, porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são milhões de trabalhadores aposentados ou em atividades, que estavam lá representados por 388 entidades sindicais e de aposentados, visitaram, percorreram, pressionaram, solicitaram que após 35 anos de trabalho, esta conquista do trabalhador, não tivesse a mão da Previdência no seu bolso, a extorquir uma quantidade que é de conquista e de direito, da somatória de anos de trabalho. Nada absolutamente nada, se conquistou. Dos 225 parlamentares com assento na Câmara dos Deputados, apenas quatro pedessistas compareceram. Mas, Sr. Presidente, tomara que a Nação brasileira, que os aposentados, os trabalhadores na ativa, saibam que dia 15 de novembro será um dos dias de dar a resposta.

Não será o rombo da Previdência que seria coberta com a sobrecarga aos ativos e aos inativos, mas nós haveríamos de criar um rombo é na insensibilidade daqueles que, tendo um mandato popular, muitos deles dizendo que votariam contra o "pacote" da previdência, nem compareceram para assumir com dignidade, com galhardia, com coragem, a sua posição.

Por isso, Sr. Presidente, nós temos conosco, uma idéia muito clara, de que, muito pior do que estas atitudes que acabam colocando o trabalhador contra as autoridades que acabam diminuindo do trabalhador os seus já minguados ganhos previdenciários, quer aposentados, ou quer aquele que procura o acesso à saúde e aos institutos de Previdência, que, se estas medidas continuarem, demonstrando cabalmente que o trabalho continua sendo o objetivo da penalização deste Governo, em que continua privilegiando o capital, que não respeita nem uma decisão do Congresso Nacional, antes do "pacote" previdenciário, quando definiu toda uma listagem de supérfluos, para que houvesse a incidência, e assim evitar que este rombo da previdência recaísse, mas uma vez, nos ombros da classe trabalhadora, nada isto valeu.

E vale, aqui, registrar, Sr. Presidente, que, segundo informações do próprio Serviço Nacional de Previdência e Assistência Social, órgão do Ministério de Previdência e Assistência Social, em 1979, a execução orçamentária da previdência apresentou um saldo de 11,5 bilhões, em 79. De forma que os prejuízos começaram em 1980, já com um saldo negativo de 117 bilhões, resultado que se repetiu em 81, até alcançar o atual déficit de 152 bilhões e 700 milhões, salientam as informações.

Mas, a grande interrogação está na existência, por exemplo, de duas contas da Previdência Social, em bancos: uma que recebe e não paga juros — quer dizer, o trabalhador e o empresário depositam e os bancos manobram o dinheiro; e outra conta destinada a pagar os benefícios e que cobra juros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é de acreditar; não é possível que possamos entender isso. Que, por esta segunda conta, que é destinada a pagar os benefícios e que cobra juros, a previdência paga quase um milhão e meio por dia, aos bancos, o que corresponde a quase 62% das despesas totais do IAPAS. Um milhão e meio por dia, os bancos acabam absorvendo da previdência, nesta jogada de duas contas separadas: uma em que os bancos recebem do trabalhador e do empresário o depósito, e não paga juros; e, a outra, destinada a pagar os benefícios, e que os bancos cobram juros.

Este é, talvez, um exemplo típico da competência administrativa deste Governo. E, para cobrir os déficits previdenciários de um Ministro que ainda recebe como prêmio a disputa pelo Partido do Governo, da governança do Palácio Piratini, no Rio Grande do Sul, tem esta presença, agora, quando o "pacote" passará por decurso de prazo, que é, na verdade, uma nódoa a denegrir a imagem do Parlamento brasileiro em qual-

quer País do mundo, porque, se foram buscar na Alemanha a inspiração do decurso de prazo, exatamente fizeram o inverso do que lá se faz. Porque lá, o decurso de prazo significa arquivamento do projeto, porque se o Parlamento germânico não aprovar um projeto encaminhado sob a égide do decurso de prazo, significa que os parlamentares não tiveram interesse e, portanto, deve ser arquivado.

No Brasil, utilizaram o inverso. O decurso de prazo vem premiar a omissão, a covardia, a falta de presença, a omissão significa o instrumento de negação do Parlamento. Porque, basta se retirar, a maioria não dar "quorum", para que um projeto passe, sem o mínimo de análise, apenas com algumas discussões unilaterais.

Por esta e outras razões, Sr. Presidente, temos já dito desta tribuna, que muito piores que alguns militares que assumiram este poder, são muitos civis que se locupletaram, política e economicamente com este regime. E não têm tido a hombridade de aproveitar o instante histórico que estamos vivendo, para romper com as amarras oficialistas e trazer ao Brasil o retorno à dignidade parlamentar. E fazer com que a maioria do povo, a classe trabalhadora, tenha voz e tenha vez, em todos os instantes da realidade brasileira.

Porque é assim que queremos. Não basta o Ministro Muriilo Macedo ir a um Congresso, em Genebra, da OIT e dizer que o sindicalismo no Brasil está avançando. Está avançando em cima do quê? Quando se criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, exatamente quebrando uma das maiores conquistas que o trabalhador possuía, neste País, e que se chamava Estabilidade no emprego. E que, acima de tudo, tem como finalidade também, a possibilidade do trabalhador se organizar politicamente. Porque, a estabilidade dá a possibilidade o trabalhador ter, uma vez conquistada essa instituição, poder se organizar, de lutar, de buscar sindicalismos independentes, de fazer com que os sindicatos sejam instrumentos de realização da categoria, para que o sindicalismo seja algo sôfrego, a depender, exclusivamente, da tutela do Estado e que, acima de tudo, através do processo de peleguismo, se transforme num sindicato assistencialista, paternalista, e acima de tudo, clientelista dos interesses do Governo que, momentaneamente, esteja no poder.

Mas, tudo isso, Sr. Presidente, para que possamos concluir o nosso raciocínio, demonstra que temos muito a dar, temos muito a conquistar, temos muito ainda a realizar neste País, e o "pacote previdenciário", aprovado por decurso de prazo, é, na verdade, uma absoluta desconsideração com os trabalhadores brasileiros. Porque, a classe política precisava, neste instante, se sobrepor, tomar uma posição, a favor ou contra, sair dos gabinetes, enfrentar 388 associações sindicais, ou de aposentados, assumir a sua posição, definir-se de um lado, ou de outro. Mas, não admitir que isso que interessa, decididamente, ao trabalhador brasileiro, passasse, como passou, por uma jogada regimental, para que o decreto que aumenta as contribuições pagas à Previdência se impõe descontos aos aposentados e pensionistas, pudessem, efetivamente, tais determinações, passar sem um mínimo de participação, de convencimento, de votação, dos parlamentares situacionistas.

Queremos concluir, Sr. Presidente, portanto, esta nossa participação, dizendo que tomara que possamos conhecer, um a um, os parlamentares do Paraná, os parlamentares do Brasil, que se ausentaram e que permitiram a derrota do trabalhador.

Precisamos ter a relação de todos os parlamentares, independente de partido, para que a classe trabalhadora, os pensionistas, para que todos aqueles que estejam na ativa, ou na inatividade, possam assumir, também eles, um compromisso, de mostrar ao Brasil, aos colegas de trabalho, aos colegas aposentados, quem são, realmente, os que estão preocupados em valorizar e dignificar o trabalho e quem está a fim de cobrir rombos

Curitiba, quinta, em 17/06/82

previsíveis, que estavam sendo previstos e que, acima de tudo, tinham outras opções, inclusive opções defendidas no próprio programa do PMDB, que coloca, com clareza, de que há que se fazer uma opção penalizando a lucratividade das empresas? Porque está evidente no mundo inteiro, hoje — um dos indicativos para se medir o grau de desenvolvimento de um País, um dos maiores indicativos que hoje existem no mundo, exatamente está no grau de qualidade do sistema previdenciário daquele país, nós portanto já podemos ver, no Brasil, que, o grau do desenvolvimento brasileiro se for medido pelo grau de capacidade, de dignidade de um sistema, está muito a desejar e permanece, portanto, no submundo do subdesenvolvimento.

Mas nós precisamos dizer, desta tribuna, que, acima de tudo, não podemos arredar pé e, com vigor, indignados, dizer que, se no Congresso o PDS evita a derrota do "pacote" do INPS, a Nação brasileira não foi derrotada porque está conhecendo melhor ainda, aqueles que se dizem democratas, que querem abertura, que falam e batem nas costas dos trabalhadores na campanha política, e, na hora de dar o seu testemunho, não ouvem nem o clamor das galerias e nem conseguem atender o clamor das entidades representativas das categorias ativas, e inativas dos trabalhadores!

Tomara, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que nós possamos um dia, neste País, ter a valorização do trabalho e não, ficarmos no que hoje temos — ao capital, tudo, e ao trabalho, se possível no mínimo, a penalização!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

A Mesa consulta à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Ausente).

A Mesa consulta à Liderança do PDS, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 24 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 50/82, constante da Ordem do Dia de hoje, bem como o Projeto de Lei n.º 172/81. — **Aprovado.**

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É feita a verificação)

14 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 21, às 9:00 horas, com a mesma Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje e mais

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57/82.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

Portarias:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA N.º 171/82

designar MARIA DO SOCORRO LIMA DOS REIS, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Departamento Administrativo, até 31 de março de 1983. (Protoc. 4298/82)

PORTARIA N.º 172/82

designar RITA ELIZABETH URIZZI DE CAMPOS, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Primeira Vice-Presidência. (Protoc. 4250/82)

PORTARIA N.º 173/82

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 1674, de 16 de novembro de 1970, em favor de ANTONIO CARLOS DANTAS, matrícula n.º 304, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 3.º quinquênio, compreendido entre 11 de janeiro de 1978 e 11 de janeiro de 1982, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4.º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1978, 1979 e 1980, contadas em dobro.

(Protoc. 4029/82)

PORTARIA N.º 174/82

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público, de NILVA MARIA MORO, matrícula n.º 497, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, os seguintes períodos de tempo:

1 — 06 (seis) meses, por não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quinquênio compreendido entre 12 de junho de 1954 e 12 de junho de 1959;

2 — 06 (seis) meses, por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio compreendido entre 05 de junho de 1974 e 05 de junho de 1978, antecipado em razão da incorporação anterior e das férias referentes aos anos de 1974, 1976 e 1977, contadas em dobro; e,

3 — 06 (seis) meses, por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio compreendido entre 05 de junho de 1978 e 05 de junho de 1982, antecipado em razão da incorporação anterior e das férias de 1978, 1979 e 1980, contadas em dobro. (Protoc. 1689/82)

PORTARIA N.º 175/82

conceder ao funcionário ANTONIO LACERDA BRAGA NETO, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, matrícula n.º 095, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1982, a partir de 14 de junho de 1982.

(Protoc. 4251/82)

PORTARIA N.º 176/82

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 01/82, ao funcionário ACIR TEIXEIRA, matrícula n.º 108, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 2427/82)

PORTARIA N.º 177/82

1 — transferir para época oportuna as férias concedidas pela

Portaria n.º 087/80 ao funcionário RAUL WOLF, matrícula n.º 321, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — mandar contar, em seu favor o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980 e 1981, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975.

(Protoc. 2452/82)

PORTARIA N.º 178/82

conceder ao funcionário BOANERGES DE MENEZES CALDAS, matrícula n.º 268, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta As-

sembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1981, a partir de 14 de junho de 1982. (Protoc. 4229/82)

PORTARIA N.º 179/82

I — revogar a Portaria n.º 018/82, item II, que designou para prestar serviços no Gabinete do ex-Deputado Odêni Villaca Mongruel, o funcionário JOSÉ UBIRAJARA DE OLIVEIRA LIMA; e,

II — designar o mencionado funcionário para prestar serviços no Gabinete do Deputado Fabiano Braga Côrtes, como Datilógrafo. (Protoc. 4022/82)

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de junho de 1982.

(a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

Diretor Geral